

ENSAIOS

MEIO SÉCULO DE UMA REVISTA INTERROMPIDA

Abdias Moura¹

O tema sugerido para a elaboração dos textos nesta edição comemorativa da revista *Estudos Universitários* não poderia ser mais estimulante: o contexto político vivido pelo Brasil, especialmente Pernambuco, nos primeiros anos da década 60 do século XX.

Vejo três linhas de abordagem possíveis para dar o meu recado: uma de natureza técnica (com o uso dos conceitos da análise sociológica), outra mais leve - uma grande reportagem retrospectiva, ainda que sem ilustração gráfica - e, finalmente, a que me pareceu mais adequada: uma espécie de “memória” de quem, em 1962, acumulava três atividades diferentes no Recife, uma delas na redação do *Jornal do Commercio/JC*, como Chefe da Reportagem; outra no serviço público federal (assistente do professor Pinto Ferreira, na UFPE); e a terceira numa repartição recém-instalada pelo governador Cid Sampaio (1910-2010) - Comissão de Desenvolvimento de Pernambuco - Condepe, (nome que já sugeria o sentido renovador da administração estadual).

Na época de que falo, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (1959), criada pelo presidente JK, estava dando também os seus primeiros

¹ Livre docente de Sociologia pela UFPE, Professor Adjunto aposentado.

passos. E me lembro do poeta Felix Athayde, que se mudara de Olinda para o Rio de Janeiro e estava de férias em Pernambuco, queixando-se aos amigos: ao sair de casa, todos os dias se defrontava anteriormente com literatos e cultores da poesia. Na volta ao Recife, só encontrou economistas (verdadeiros ou falsos), pois todo mundo falava em “desenvolvimento econômico”.

No Brasil como um todo, o tema preferido era a política partidária. Depois de JK, veio a eleição e renúncia teatral do Presidente Jânio Quadros. Só um acordo de bastidores entre civis e militares permitiu a posse do seu sucessor, João Goulart, com a adoção provisória do Regime Parlamentarista. Tancredo Neves (1910-1985) fora escolhido para Primeiro Ministro, provisoriamente, e com seu raposismo permitiu a posse do Vice-Presidente que fora eleito pelo povo.

Para quem é jovem, vale ainda lembrar que estava no auge a chamada “guerra fria” entre EUA e URSS que evitou um conflito armado entre as duas grandes potências mundiais da época, mas que exacerbou as desconfianças recíprocas, tentando dividir o mundo em dois blocos. De um lado, os defensores do sistema capitalista, do outro o socialista, ambos se dizendo democráticos e amantes da paz. Em breve, Cuba (1959) se tornou a primeira experiência de comunismo na América Latina. E os Estados Unidos, sob o democrata John Kennedy (1917-1963), criou a Aliança para o Progresso como forma de blindar qualquer nova adesão de países latino-americanos ao bloco comandado pela União Soviética.

Nesse contexto, Pernambuco começou a chamar a atenção do mundo com o surgimento das Ligas Camponesas. Logo ficou conhecido o nome de Francisco Julião (1915-1999), que conheci na redação do *JC*, quando patrocinou a causa das prostitutas do Recife, proibidas arbitrariamente pela Polícia de sair às ruas da cidade antes das dez horas da noite. Somente depois é que iniciou a luta pelo pagamento dos direitos trabalhistas aos homens do campo e passou a ser objeto de reportagens em grandes jornais de todo o mundo. Ele próprio, candidato a vereador da capital pelo moderado Partido Socialista Brasileiro, foi eleito com uma pequena votação, tendo grande parte dos seus votos sido apurados – não coincidentemente – na urna que funcionou num Colégio Religioso, em bairro de classe média alta. Consta que as freiras votaram maciçamente em seu nome.

Recuando alguns anos, devo falar da primeira vitória eleitoral, no Recife, de candidato a prefeito apoiado pelo Partido Comunista Brasileiro, o engenheiro Pelópidas Silveira (1915-2008). E, anos depois da eleição para o mesmo cargo, de um político cearense, Miguel Arraes de Alencar, que chegaria ao

Governo de Pernambuco na fase histórica a que me estou referindo, tendo entre seus maiores amigos alguns políticos de linha marxista.

Na fase anterior a esse clima de agitação construtiva é que foi criada a Universidade do Recife. Iniciativa do governador Barbosa Lima Sobrinho, ainda no final da década de 1950. Nela comecei a ensinar em 1960. Seu primeiro reitor, o pacato professor João Alfredo (1898-1971), convidara para ocupar o cargo de Pró-reitor de Extensão Cultural o educador Paulo Freire, que estava desejando testar um novo método de ensino dirigido sobretudo aos camponeses da palha da cana, sabendo serem estes os principais responsáveis pelas impressionantes estatísticas de analfabetismo em Pernambuco.

A linha de raciocínio de Paulo Freire era de tal forma simples que de início não provocou suspeitas de “esquerdizante”. Para ele, não era viável utilizar, no ensino de adultos, a mesma linguagem e o mesmo material usados tradicionalmente nas cartas de ABC dedicadas a crianças. Como ponto de partida para cada classe de ensino organizada deveria haver previamente uma pesquisa identificadora do universo vocabular do educando.

Assim é que surgiram as primeiras classes em que não se exigia texto impresso. O orientador (não se falava de professora, muito menos do abusivo “tia”, de hoje) se utilizava de retro-projetores para lançar as palavras-chave sobre uma tela (ou a simples parede caiada). O aprendiz as sentia como se estivesse numa sessão de cinema. E em vez de ler “Ivo viu a uva”, comum no meu tempo de criança, tentava entender a mensagem contida em cada frase. Esta poderia ser “o cam-po-nês cor-ta a cana”, ou “o ho-mem gos-ta de li-ber-da-de”. Testado, em caráter experimental, o método foi um sucesso: em poucas semanas, alguns alunos podiam escrever cartas aos familiares e amigos, com suas letras imprecisas.

Ao tempo em que o método começou a ser testado, eu não estava no Recife, mas no Rio de Janeiro, fazendo o curso da Cepal/ONU em Capacitação em Desenvolvimento Econômico, afastado provisoriamente do *Jornal do Comercio*. Quem financiou minha viagem e hospedagem na então capital federal foi o governo do Estado, através da Condepe, dirigida pelo jovem economista Zito de Souza Leão. A Universidade do Recife me deu permissão para afastar-me das aulas e não cortou meus salários. Voltando à minha cidade, dediquei-me nas horas vagas a formular um esquema de aulas, a que chamei de “Introdução à Análise Sociológica”, então transformado num pequeno ensaio com gráficos desenhados por um colega da Condepe. Comprei um retro-projetor portátil e passei a fazer projeção dos gráficos para meus alunos.

Um dos companheiros condepeanos mais queridos, o então quase adolescente Jarbas Maciel, que chamávamos de Jarbinha, ao ver uma dessas projeções, exclamou que minha análise parecia ser um desdobramento, para nível superior, da metodologia adotada por Paulo Freire na alfabetização de adultos. Ele me pediu para fazer uma visita àquele educador, que eu não conhecia. Na realidade, afora a possibilidade de projeção, as duas concepções pouco tinham em comum, mas Jarbinha salientou que eu conseguira reduzir o pedante linguajar sociológico à sua expressão mínima, o mesmo que PF tentava então fazer com a linguagem do adulto analfabeto.

O Serviço de Extensão da UFPE funcionava em um pequeno edifício, próxima ao QG da 7ª Região Militar, onde Paulo Freire me recebeu e convidou para expor meu esquema a dois grupos de estudantes universitários (um de Goiás, outro de São Paulo) que iriam visitá-lo alguns dias depois. Compareci, nos horários marcados, e fiz as duas exposições. Meu ego transbordou, quando ouvi de uma estudante paulistana uma frase gentil, não sei se totalmente sincera: “Aprendi hoje, nesta aula, mais do que em todo o meu curso de Sociologia”. Meu contacto com o grande educador começou e terminou naquela semana.

A revista *Estudos Universitários*, editada pelo Departamento de Extensão da UR, subordinada oficialmente ao próprio reitor, era trimestral. Tinha um Conselho Consultivo, constituído por 12 professores “acima de qualquer suspeita de esquerdismo” e uma Comissão de Redação da qual faziam parte os professores Gláucio Veiga, Joel Pontes e Rui de Costa Antunes, este último, ex-deputado comunista. Havia publicado, até então, os seus três primeiros números. O quarto, que deveria corresponder ao período de abril-junho de 1963, sofreu um grande atraso por se tratar de uma edição especial, embora isso não fosse explicitado em nenhuma de suas páginas. Na realidade, era quase toda dedicada à explicitação do método de Paulo Freire, mas incluiu entre os artigos a minha “Introdução à Análise Sociológica”, afora dois ensaios até certo ponto desvinculados do tema principal: um de Juracy Andrade (“João XXIII ou a Igreja que muda”) e outro em que Pilar Gómez debate sobre teatro. Para completar o número, um informe sobre o Primeiro Congresso de Cultura Cubana, assinado por Alfredo Guevara, e um pronunciamento a respeito do nacionalismo, de autoria do secretário executivo da revista, Luiz da Costa Lima. Para completar, resenhas de livros, assinadas por Nelson Saldanha, Francisco Bandeira de Mello, Marcius Cortez, Jomard Muniz de Brito, Sten Vjarild e Afonso Ávila.

O conteúdo fundamental da revista era constituído por cinco artigos, a saber: *Conscientização e alfabetização – uma nova visão do processo*, por Paulo

Freire; *A fundamentação teórica do Sistema Paulo Freire*, por Jarbas Maciel; *Educação de Adultos e Unificação da Cultura*, por Jomard Muniz de Brito; *Conscientização e alfabetização – uma visão prática do Método Paulo Freire*, por Eurenice Cardoso; e *Alfabetização e Cultura Popular na alfabetização* (sic, por politização) *do Nordeste Brasileiro*, por Pierre Furter.

Se a revista nº 4 custou a ser editada, demorou ainda mais para ser distribuída, a ponto de não haver hoje originais intactos, nem mesmo nas bibliotecas universitárias. Mas, certamente, os líderes militares que ocuparam o poder no Brasil a leram com atenção. E, depois do golpe de 1964, não somente o seu criador como vários outros educadores que tiveram seus nomes associados àquela experiência foram objeto de processo policial militar.

Já contei em livro (*Memórias do Século XX*) que, logo após a promulgação do AI-1 (9 de abril de 1964), fui surpreendido ao ver meu nome incluído numa matéria de uma coluna, discretamente publicada no *Jornal do Commercio*, sob o título “Inquérito”, com os seguintes dizeres: “Benjamim Santos, Wilma Vaz, Luiz Pinto Ferreira, Abdias Moura, José Xavier Pedrosa de Moraes e Fernando Saldanha estão convidados a comparecer, terça-feira, dia 8, à Procuradoria da Universidade do Recife, para depor ante o major Manoel Moreira Paes, encarregado do IMP da UR”. Alguns nomes me pareceram truncados (sendo o meu próprio abreviado, tal como o uso geralmente), o que me fez imaginar que se tratou de uma notícia copiada por algum redator de um possível edital mais amplo, que não chegou a ser publicado. A própria sigla de Inquérito Policial Militar saiu com letras trocadas (IMP em lugar de IPM). Ainda assim, compareci a tal Procuradoria, que funcionava, ironicamente, nas mesmas instalações antes ocupadas pelo educador Paulo Freire, vizinha do QG da 7ª RM.

Somente depois desse meu primeiro e único depoimento, em que nenhuma acusação concreta me foi feita, nem cobrada qualquer explicação sobre métodos de ensino, tomei conhecimento, mais uma vez pelos jornais, de que uma Comissão Geral de Inquérito, presidida a nível nacional pelo Almirante Paulo Bosídio, isentara alguns funcionários de todo o Brasil “dos resultados ou processos penais a que estejam sujeitos ou venham a ser indiciados”. De tal relação, 13 nomes eram ligados à Universidade do Recife: Paulo Reglus Neves Freire; Ionard (sic, por Jomard) José Muniz de Brito, Luís de França Costa Lima Filho, Astor (sic, por Authur) Eduardo de Oliveira Carvalho, Juracy da Costa Andrade, Jarbas Augusto Ribeiro Maciel, Antonio Bezerra Baltar, Rui de Costa Antunes, Luís Pinto Ferreira, Amaro Soares Quintas, Abdias Cabral de Moura Filho, José Xavier Pessoa de Moraes e Francisco das Chagas Costa Tito. Isso significa que meu chamamento para depor não se deu em função

do artigo publicado na revista “Estudos Universitários”, mas em face de outra acusação, que descobri ter partido de um ex-colega de redação do *Jornal do Commercio*, como expliquei também no meu livro *Memórias do Século XX*. Mas aqui não quero me fixar em minha situação pessoal, e sim na da equipe que fazia a revista “Estudos Universitários”

Apesar daquela “isenção” a nível federal que citei acima, li no *Diário de Pernambuco* de 12 de junho de 1965 que 23 pessoas constantes de processo instaurado na Universidade do Recife haviam sido denunciadas à Justiça Militar como “subversivos”, sujeitas, portanto, a punição. A lista era encabeçada por Paulo Freire e continha meu nome e o de Jomard Muniz de Brito, nenhum outro dos que haviam colaborado no nº 4 da Revista.

O resto é História, não é apenas memória. Paulo Freire asilou-se em outro país, até que muitos anos mais tarde foi anistiado e, com a redemocratização, pode dirigir a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo; Jomard Muniz de Brito, que passou um tempo ensinando na Paraíba, voltou a Pernambuco, onde continua escrevendo e inovando a literatura. De minha parte, fui absolvido das acusações de atividades subversivas pelo pleno do Superior Tribunal Eleitoral, através de parecer do general Pery Bevilacqua, a pedido do advogado Nilzardo Carneiro Leão.

Meu artigo para a revista “Estudos Universitários” voltou a aparecer, em sua versão definitiva, com a publicação pela Editora da UFPE do meu livro *A Sociologia reconstruída*, no dia 10 de maio de 2012.